



Monte Rodovias Nordeste | Holding Participações Societárias S.A.

(Verona Holding Participações S.A.)

Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de junho de 2024



Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais individuais e consolidadas - ITR	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstração dos resultados	7
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração do fluxo de caixa	11
Demonstrações do valor adicionado	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar
Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores
Edifício CEO Salvador Shopping- Torre Londres
41820-021 - Salvador/BA - Brasil
Caixa Postal 5799 - CEP 41820-970 - Salvador/BA - Brasil
Telefone +55 (71) 3273-7350
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais individuais e consolidadas - ITR

Aos Acionistas da

Monte Rodovias Nordeste | Holding Participações Societárias S.A. (anteriormente denominada Verona Holding e Participações Societárias S.A.)

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, Monte Rodovias Nordeste | Holding Participações Societárias S.A. Holding Participações Societárias S.A. (anteriormente denominada Verona Holding e Participações Societárias S.A.) (“Companhia”) contidas nas Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de Junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de Junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas, as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Salvador, 13 de Agosto de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7



Diego Feliciano Irineu
Contador CRC 1SP223212/O-2

Monte Rodovias Nordeste | Holding Participações Societárias S.A. (Verona Holding Participações S.A.)

Balanços patrimoniais

em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023

ATIVO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.298	393	155.565	135.626
Contas a receber	9	-	-	23.984	17.090
Estoques		-	-	497	-
Tributos a recuperar		3	2	7.224	3.345
Imposto de renda e contribuição social		1.833	1.833	10.976	6.032
Partes relacionadas	11	1.552	1.552	1.552	1.552
Despesas antecipadas		-	-	3.491	922
Dividendos a receber	11	442	8.342	-	-
Adiantamentos		8	-	3.174	819
Total ativo circulante		5.136	12.122	206.463	165.386
Ativo não circulante					
Fundos restritos	8	-	-	25.058	247.298
Depósitos judiciais		-	-	5.494	13.322
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	-	-	17.781	18.392
Partes relacionadas	11	46.229	40.470	23.996	17.916
Outros ativos		-	-	-	-
Total do realizável a longo prazo		46.229	40.470	72.329	296.928
Investimentos	10	410.784	403.826	-	-
Outros investimentos		-	-	-	-
Imobilizado		-	-	14.012	4.099
Intangível	12	189.097	193.641	1.503.004	1.335.301
Direito de uso		-	-	5.701	7.526
Total do ativo não circulante		599.881	597.467	1.522.717	1.346.926
Total do ativo não circulante		646.110	637.937	1.595.046	1.643.854
Total do ativo		651.246	650.059	1.801.509	1.809.240

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Monte Rodovias Nordeste | Holding Participações Societárias S.A. (Verona Holding Participações S.A.)

Balanços patrimoniais

em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Passivo circulante					
Fornecedores		19	16	14.444	24.044
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	43.045	45.938
Debêntures	14	-	-	2.200	38.400
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	11.297	16.980
Imposto de renda e contribuição social		-	-	6.122	5.375
Obrigações tributárias		1	953	6.622	12.860
Arrendamentos		-	-	4.966	6.036
Provisão para manutenção	16	-	-	4.253	320
Outras obrigações	18	-	-	2.404	3.307
Total passivo circulante		20	969	95.353	153.260
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	624.232	606.456
Debêntures	14	-	-	406.759	388.915
Arrendamentos		-	-	1.197	2.062
Provisão para contingências	15	-	-	20.504	15.608
Provisão para manutenção	16	-	-	40.740	32.351
Imposto de renda e contribuição social diferidos		38.502	38.502	-	-
Outros passivos		10.500	10.500	10.500	10.500
Total passivo não circulante		49.002	49.002	1.103.932	1.055.892
Patrimônio líquido					
Capital social	18	551.486	551.486	551.486	551.486
Reservas de lucros	18	48.602	48.602	48.602	48.602
Lucros acumulados	18	2.136	-	2.136	-
		602.224	600.088	602.224	600.088
Total do passivo e patrimônio líquido		651.246	650.059	1.801.509	1.809.240

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Monte Rodovias Nordeste | Holding Participações Societárias S.A. (Verona Holding Participações S.A.)

Demonstrações dos resultados

para os períodos de seis e três meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023

Notas	Controladora				Consolidado				
	30/06/2024		30/06/2023		30/06/2024		30/06/2023		
	Seis meses	Três meses	Seis meses	Três meses	Seis meses	Três meses	Seis meses	Três meses	
Receita líquida de serviços	19	-	-	-	-	159.248	83.391	129.031	63.501
Receita de construção	19	-	-	-	-	16.580	10.114	17.540	5.294
Receita Líquida		-	-	-	-	175.828	93.505	146.571	68.795
Custo dos serviços prestados	20	-	-	-	-	(91.328)	(50.871)	(75.503)	(35.726)
Custo de construção	20	-	-	-	-	(16.417)	(10.015)	(17.367)	(5.241)
Lucro Bruto		-	-	-	-	68.083	32.619	53.701	27.828
Gerais e administrativas	21	(4.569)	(2.291)	(8.135)	(4.695)	(23.062)	(8.883)	(37.884)	(23.688)
Resultado de equivalência patrimonial	10	12.341	9.086	(5.994)	(2.473)	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais		(5.693)	(5.693)	-	-	(5.342)	(5.444)	769	620
Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido		2.079	1.102	(14.129)	(7.168)	39.679	18.292	16.586	4.760
Receitas financeiras	22	161	99	746	318	17.436	7.349	10.526	6.589
Despesas financeiras	22	(104)	(1)	(4)	(2)	(61.063)	(21.661)	(41.630)	(19.575)
Resultado financeiro, líquido		57	98	742	316	(34.167)	(14.312)	(31.104)	(12.986)

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.136	1.200	(13.387)	(6.852)	5.512	3.980	(14.518)	(8.226)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-	-	(2.405)	(2.057)	(5.006)	(3.273)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	(971)	(723)	6.137	4.645
Lucro (Prejuízo) do período	2.136	1.200	(13.387)	(6.852)	2.136	1.200	(13.387)	(6.854)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Monte Rodovias Nordeste | Holding Participações Societárias S.A. (Verona Holding Participações S.A.)

Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos de seis e três meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023

	Controladora				Consolidado			
	30/06/2024		30/06/2023		30/06/2024		30/06/2023	
	Seis meses	Três meses	Seis meses	Três meses	Seis meses	Três meses	Seis meses	Três meses
Lucro (Prejuízo) do período	2.136	1.200	(13.387)	(6.852)	2.136	1.200	(13.387)	(6.854)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	2.136	1.200	(13.387)	(6.852)	2.136	1.200	(13.387)	(6.854)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Monte Rodovias Nordeste | Holding Participações Societárias S.A. (Verona Holding Participações S.A.)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023

	Capital social	Reservas legal	Reservas de lucros a realizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros ou Prejuízos acumulados	Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2022	551.286	-	40.551	200	-	592.037
Prejuízo do período	-	-	-	-	(13.387)	(13.387)
Em 30 de junho de 2023	551.286	-	40.551	200	(13.387)	578.650
Em 31 de dezembro de 2023	551.486	454	48.148	-	-	600.088
Lucro do período	-	-	-	-	2.136	2.136
Em 30 de junho de 2024	551.486	454	48.148	-	2.136	602.224

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Monte Rodovias Nordeste | Holding Participações Societárias S.A. (Verona Holding Participações S.A.)

Demonstrações dos fluxos de caixa

para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023

Notas	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.136	(13.387)	5.512	(14.518)
Ajustes				
Margem de construção	-	-	(163)	(120)
Depreciação e amortização	11	-	36.305	19.499
Juros e variações monetárias, líquidas	4.546	4.572	52.594	30.067
Apropriação do custo de captação	-	-	87	(924)
Provisão para contingências	-	-	(1.328)	941
Provisão para manutenção	-	-	12.322	8.763
Baixa do imobilizado e intangível	12	-	251	-
Resultado de equivalência patrimonial	10	(12.341)	5.994	-
		(5.659)	(2.821)	105.850
				43.708
Varição dos ativos e passivos				
Contas a receber	-	-	(1.146)	1.277
Despesas Antecipadas	-	170	(2.569)	(1.861)
Tributos a recuperar	(1)	71	(689)	1.088
Depósitos judiciais	-	-	10.544	(655)
Adiantamentos	(8)	-	(1.574)	(62)
Fornecedores	3	(20)	(6.693)	11.597
Obrigações tributárias	(952)	(14)	3.577	(2.125)
Obrigações sociais e trabalhistas	-	(160)	(3.875)	2.292
Outras obrigações	-	-	(559)	(2.162)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		(6.617)	(2.774)	102.596
				53.097
Juros pagos	13/14	-	-	(33.674)
Pagamento perda processos judiciais	15	-	-	(2.310)
Impostos pagos sobre o lucro	-	-	(2.546)	-
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		(6.617)	(2.774)	64.066
				34.201
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de controlada	-	-	(232.746)	9.877
Caixa e equivalentes de caixa – aquisição de controlada	-	-	17.451	-
Dividendos recebidos	11	7.900	-	-
Partes relacionadas	(378)	2.803	(6.080)	-
Adições ao intangível	12	-	(29.275)	(12.654)
Adições ao imobilizado	-	-	(360)	-
Fluxo de caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimentos		7.522	2.803	(251.010)
				(2.777)

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Captação de financiamentos	13	-	-	42.000	
Amortização de financiamentos e debêntures		-	-	(63.533)	(6.603)
Adição ao fundo restrito	8	-	-	(5.622)	(252)
Utilização do fundo restrito	8	-	-	238.546	
Pagamentos de arrendamentos		-	-	(4.508)	(1.499)
Fluxo de caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamentos		-	-	206.883	(8.354)
<hr/>					
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		905	30	19.939	23.070
<hr/>					
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	7	393	432	135.626	93.361
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	7	1.298	462	155.565	116.431

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Monte Rodovias Nordeste | Holding Participações Societárias S.A.

(Verona Holding Participações S.A.)

Demonstrações do valor adicionado para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Receitas				
Receita de serviços	-	-	174.366	141.691
Receita de construção	-	-	16.580	17.540
	-	-	190.946	159.231
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(24)	(99)	(19.462)	(34.634)
Custo de construção	-	-	(16.417)	(17.367)
Valor adicionado bruto	(24)	(99)	155.067	108.230
Depreciação e amortização	(4.546)	(4.572)	(36.305)	(33.795)
Apropriação de seguros	-	-	(3.458)	(1.773)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(4.570)	(4.671)	115.304	72.662
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	161	746	7.974	11.289
Resultado de equivalência patrimonial	12.341	(5.944)	-	-
Outros	(5.693)	-	(5.340)	775
Valor adicionado total a distribuir	2.239	(9.919)	117.938	84.726
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	-	2.486	27.884	27.352
Remuneração direta	-	2.403	19.416	20.053
Benefícios	-	83	7.456	6.198
Outros	-	-	1.012	1.101
	-	-	-	-
Impostos, taxas e contribuições	-	628	23.870	16.583
Federais	-	628	14.861	9.081
Estaduais	-	-	212	72
Municipais	-	-	8.797	7.430
	-	-	-	-
Remuneração de capitais de terceiros	103	354	64.048	54.178
Juros	103	4	41.724	41.897
Aluguéis	-	-	440	313
Outras	-	350	21.884	11.968
	-	-	-	-
Remuneração de capitais próprios	2.136	(13.387)	2.136	(13.387)
Lucro (prejuízo) líquido do período	2.136	(13.387)	2.136	(13.387)
Valor adicionado distribuído	2.239	(9.919)	117.938	84.726

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Verona Holding e Participações Societárias Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, foi constituída originalmente como sociedade limitada, mediante contrato social sob o número 35.235.660.905, o qual foi registrado na Junta Comercial de São Paulo em sessão no dia 08 de outubro de 2019. Posteriormente, em 16 de outubro de 2020, foi aprovada a transformação do tipo societário de sociedade limitada para sociedade por ações de capital fechado, nos termos da Lei no 6.404/76. Em razão da transformação, a denominação social foi alterada para Verona Holding e Participações S.A. Em 29 de abril de 2024 a denominação social da Companhia passou para Monte Rodovias Nordeste | Holding Participações Societárias S.A.

A Monte Rodovias Nordeste | Holding Participações Societárias S.A. ("Companhia" ou "MRNE") e quando em conjunto com suas controladas, ("Grupo"), tem como objeto social: holding patrimonial e administração de seu patrimônio, constituído por bens móveis (inclusive quotas de ações de outras sociedades), semoventes e imóveis próprios, podendo celebrar quaisquer negócios necessários à consecução de seu objeto social e à administração de seu patrimônio, inclusive de outras sociedades.

A Monte Rodovias Nordeste | Holding Participações Societárias S.A. é controladora das empresas mencionadas a seguir, sendo as seguintes atividades desenvolvidas por estas controladas:

Concessionária Bahia Norte S.A.

A Concessionária Bahia Norte S.A. ("CBN"), com sede em Salvador, no Estado da Bahia, foi constituída em 29 de junho de 2010, tem como objeto social a exploração e operação do sistema rodoviário composto por trechos das rodovias BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, seus acessos, faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas, tudo em conformidade com as condições do contrato de concessão firmado entre o Estado da Bahia, o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (Derba), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações do Estado da Bahia (Agerba), pelo prazo de 25 anos.

Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão, com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA-099, com extensão de 11,20 km. Como consequência, a área de total concedida passou a ser 132,65 km. Em decorrência dos novos investimentos, para recompor o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a vigência do Contrato foi aditada, passando de 25 para 30 anos.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Em 30 de abril de 2021, a MRNE, controladora da Companhia, concluiu a aquisição e se tornou proprietária da totalidade de ações do capital social da empresa Concessionária Rota do Atlântico S.A. ("CRA") após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrados com seus antigos acionistas e, também, junto ao Poder Concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CRA.

A CRA, com sede no Cabo de Santo Agostinho, estado de Pernambuco, foi constituída em 10 de junho de 2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SUAPE, nos termos do Contrato de Concessão celebrado em 18 de julho de 2011, com o Poder Concedente representado pelo Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros "Suape" (Governo do Estado de Pernambuco), cujo prazo de concessão é de 35 anos, contados de novembro de 2011, podendo ser prorrogado para fins de reequilíbrio econômico-financeiro.

A extensão concedida é de 44 km e o projeto é responsável pela integração do Sistema Rodoviário ao Complexo Industrial-Portuário. O eixo principal da rota começa na BR-101 Sul, na altura do Hospital D. Helder Câmara e termina em Nossa Senhora do Ó, acesso a Porto de Galinhas e ao litoral Sul do estado de Pernambuco.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Em 30 de abril de 2021, a MRNE, controladora da Companhia, concluiu a aquisição e se tornou proprietária da totalidade de ações do capital social da empresa Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("CRC") após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrados com seus antigos acionistas e junto ao poder concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CRC.

A CRC, com sede em Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco, foi constituída em 15 de dezembro de 2006, tendo como objetivo a exploração, mediante concessão patrocinada, responsável pela construção, operação, manutenção e conservação do Sistema Viário do Paiva. A via litorânea tem 6,5 km de extensão e uma Ponte Arquiteto Wilson Campos Júnior, com 320 m, a qual liga os municípios de Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho. O contrato de concessão tem prazo de 35 anos e 03 meses.

As obras de execução da concessão tiveram início em janeiro de 2008 e foram concluídas em março de 2010, com início das operações em 11 de junho de 2010.

Em 24 de maio de 2023, foi publicada no DOE a Resolução ARPE nº 235, com as novas Tarifas de Pedágio da CRC vigentes a partir de 14/06/2023, consolidando os resultados dos processos de reequilíbrio e reajuste contratual.

Concessionária Litoral Norte S.A.

Em 27 de maio de 2024, o grupo Monte Rodovias, por meio da sua holding Monte Forte Holding Participações S.A. adquiriu (cessão onerosa) a totalidade das ações representativas do capital social da Concessionária Litoral Norte S.A. ("CLN"), após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrados com seus antigos acionistas e junto ao poder concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passou a deter o controle indireto da CLN.

A CLN, é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 3 de fevereiro de 2000, com sede na Rodovia BA-099 - Estrada do Coco, Praça do Pedágio, Camaçari - BA.

A Companhia tem como objeto social operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão da via denominada BA-099, sistema rodoviário Estrada do Coco - Linha Verde, de acordo com o Contrato de Concessão outorgado pelo Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia - DERBA em 21 de fevereiro de 2000.

Monte Forte Holding Participações S.A.

Em 03 de novembro de 2023, o grupo Monte Rodovias, por meio da sua holding Verona Holding e Participações Societárias S.A, (atual Monte Rodovias Nordeste | Holding Participações Societárias S.A.) adquiriu (cessão onerosa) a totalidade das ações representativas do capital social da Monte Forte Holding Participações S.A. ("Monte Forte"), empresa pré-operacional, constituída em 10 de abril de 2023. A Monte Forte apresentava como objeto social: holding patrimonial e administração de seu patrimônio, constituído por bens móveis (inclusive quotas de ações de outras sociedades), semoventes e imóveis próprios, podendo celebrar quaisquer negócios necessários à consecução de seu objeto social e à administração de seu patrimônio, inclusive de outras sociedades.

Em 06 de dezembro de 2023, a Monte Forte celebrou contratos de compra e venda de ações e outras avenças, com os atuais acionistas da Concessionária Litoral Norte S.A., para a aquisição das ações de emissão da aludida concessionária, o qual estava condicionado a implementação das condições precedentes previstas nos contratos. A conclusão da operação foi efetivada em 27 de maio de 2024, desta forma, a partir desta data, a Companhia passou a deter o controle indireto da CLN.

Em 28 de junho de 2024, foi aprovada a incorporação reversa da Monte Forte Holding Participações S.A. pela CLN.

1.1. Procedimentos arbitrais envolvendo a controlada

a) CBN

Em agosto de 2017, a CBN foi comunicada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“CCBC”) de Notificação Inicial de Procedimento Arbitral, instaurado pela Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”) e pela OAS S.A. – Em Recuperação Judicial (“OAS”), via o Consórcio Construtor BA 093, constituído para realização das obras de adequação e construção das rodovias concessionadas, alegando, em resumo, custos excedentes e não previstos na execução das referidas obras, o que teria levado ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de construção. O Procedimento Arbitral encontra-se em andamento, ao final de sua fase instrutória, aguardando a realização de perícia de engenharia, deferida pelo Tribunal Arbitral. No que se refere aos resultados, a Administração da CBN e seus assessores legais entendem não haver, no momento, parâmetros para sua mensuração, bem como para determinação de eventual perda ou ganho, o que deverá ser definido apenas na fase decisória do Procedimento Arbitral. De acordo com o contrato de compra e venda da CBN, celebrado em 07 de fevereiro de 2021 e aditivos posteriores, ficou estabelecido que: **(i)** em caso de decisão desfavorável à CBN, aos vendedores têm a obrigação de indenizar a CBN em relação a quaisquer perdas decorrentes deste procedimento de arbitragem, tal indenização é sem limitação de valor e prazo e respaldada por contratos acessórios de proteção e garantias; e **(ii)** em caso de decisão favorável à CBN, os vendedores têm o direito de receber quaisquer valores de indenização, líquidos de impostos, decorrentes deste procedimento de arbitragem, desde que percebidos financeiramente pela CBN. Destaca-se que eventuais perdas com arbitragens, de acordo com o contrato de concessão, são passíveis de reequilíbrios econômico-financeiro em favor das concessionárias.

1.2. Aquisição de controlada

Em 06 de dezembro de 2023, foi assinado o acordo de compra e venda “SPA” entre a Monte Forte Holding Participações S.A. (“Monte Forte” ou “MFORTE”) subsidiária da Monte Rodovias S.A, e a empresa Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A (“INVEPAR”), para a venda, pela Invepar, do total da sua participação (92,92%) na Concessionária Litoral Norte (“CLN”).

De forma simultânea e condicionada à ocorrência do Fechamento da Operação, dentre outras condições precedentes, a Monte Forte Holding Participações S.A. (“Monte Forte”) celebrou contrato para a compra das ações remanescentes da CLN, representativas de 7,08% de seu capital social, detidas pela Odebrecht Transport S.A (“OTP”), de forma que, após o fechamento da operação, a Monte Forte se torna titular de 100% do capital social total da Concessionária Litoral Norte (“CLN”).

Em 27 de maio de 2024, foi concluída a operação de venda, da totalidade da participação da INVEPAR (92,92%) na Concessionária Litoral Norte (“CLN”), para a Monte Forte Holding Participações S.A. nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações (“SPA” na sigla em inglês) celebrado em 06 de dezembro de 2023, bem como da participação da Odebrecht Transport S.A (“OTP”).

Em 27 de maio a Monte Forte Holding Participações S.A. passa a possuir 100% do capital social da Concessionária Litoral Norte (“CLN”). O valor pago nesta transação foi de R\$ 232.746.346,24 (duzentos e trinta e dois milhões, setecentos e quarenta e seis mil, trezentos e quarenta e seis reais e vinte e quatro centavos) à vista em moeda corrente.

A Concessionária Litoral Norte S.A. (“CLN”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 3 de fevereiro de 2000, com sede na Rodovia BA-099 - Estrada do Coco, Praça do Pedágio, Camaçari - BA.

A Companhia tem como objeto social operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão da via denominada BA-099, sistema rodoviário Estrada do Coco - Linha Verde, de acordo com o Contrato de Concessão outorgado pelo Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia - DERBA em 21 de fevereiro de 2000.

(a) Ativos identificáveis adquiridos, passivos assumidos e Contraprestação transferida e futura

A tabela a seguir resume o valor justo dos ativos adquiridos, passivos assumidos e por fim o valor da contraprestação transferida e futura:

	Total da aquisição
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	17.451
Contas a receber	5.585
Impostos a recuperar	7.606
Imobilizado	10.150
Intangível	111.714
Outros ativos	3.993

	Total da aquisição
Total dos ativos identificáveis	156.499
Passivos	
Fornecedores	2.907
Obrigações tributárias e trabalhistas	11.623
Outros passivos	7.594
Total passivos	22.122
Total dos ativos identificáveis líquidos	134.375
Valor investido na aquisição de 100% das Empresas	232.746
Lucros recebidos antecipadamente	39.200
Ajustes a valor justo – mais valia atribuída ao contrato de concessão	59.171

A composição do ajuste ao valor justo na aquisição acima pode ser resumida da seguinte maneira na controladora:

Valor pago (i)	232.746
Saldo do preço de aquisição	-
Valor de pagamento	232.746
(-) Patrimônio líquido ajustado	134.375
Valor a ser alocado	59.171
Ajustes a valor justo – mais valia atribuída ao contrato de concessão	59.171

(i) Com relação ao preço de aquisição referente as aquisições da Concessionária Litoral Norte, o montante de R\$ 232.746 foi realizado no momento da transação.

A alocação da contraprestação transferida foi realizada com base em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada contratada pela Empresa, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios

Mensuração do valor justo

O item a seguir, desta nota explicativa, demonstra a contraprestação transferida e os valores justos provisórios dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição. Foram obtidos através de técnicas de mensuração de valor justo, pelo método de avaliação de fluxo de caixa descontado, preparadas por um consultor independente contratado pela Empresa para suportar a conclusão da Administração.

A mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos foram realizados em bases provisórias e sua conclusão deve ocorrer dentro de um período de até um ano após a data de aquisição.

A mais-valia dos ativos intangíveis identificados corresponde à avaliação do fluxo de caixa descontado. A vida útil da mais-valia dos ativos intangíveis identificados e mensurados por empresa especializada em avaliação foi estimada em 26,3 anos, referente ao prazo estimado de finalização do contrato de concessão e nenhum ágio por rentabilidade futura foi apurado na aquisição.

2. Resumo das políticas contábeis materiais

Não ocorreram mudanças nas práticas contábeis aplicadas na elaboração dessas demonstrações financeiras intermediárias em relação àquelas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.1. Base de preparação

Declaração de conformidade

As informações trimestrais, individuais e consolidadas, apresentadas para o período findo em 30 de junho de 2024, foram preparadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e de acordo com o IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB), de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais – ITR e foram autorizadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 13 de agosto de 2024.

As informações trimestrais foram preparadas para atualizar os usuários sobre as informações relevantes apresentadas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras completas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Na preparação dessas informações trimestrais, adotamos todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor até 30 de junho de 2024.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados nestas demonstrações financeiras foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

i. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados a aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 10 – equivalência patrimonial e aquisição de negócios: determinação se a Companhia tem influência significativa sobre uma investida;

3. Consolidação

Base de consolidação

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações da Companhia e de suas Controladas (denominadas em conjunto de “Grupo”).

Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e estas correspondem às utilizadas pela Administração na gestão do Grupo.

Companhias consolidadas	Controle	País	Participação no capital social (%)	Participação no capital social (%)
			30/06/2024	31/12/2023
Monte Forte Holding Participações S.A. ("MFORTE")	direto	Brasil	-	100,00
Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("CRC")	direto	Brasil	100,00	100,00
Concessionária Rota do Atlântico S.A. ("CRA")	direto	Brasil	100,00	100,00
Concessionária Bahia Norte S.A. ("CBN")	direto	Brasil	100,00	100,00
Concessionária Litoral Norte S.A. ("CLN")	direto	Brasil	100,00	-

Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes.

Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio. Inicialmente, o ágio (Goodwill) é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras intermediárias de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras intermediárias individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4. Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) da controladora e consolidado nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, em conformidade com as demais normas técnicas aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

5. Novas normas interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023, e não há impactos para as seguintes normas novas e alteradas nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia;

- Classificação de passivos de longo prazo com covenants (alterações ao CPC 26);
- Classificação de passivos como circulante e não circulante (alterações ao CPC 26);
- Divulgação de políticas contábeis (IAS 1/CPC 26-R1)
- Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8/CPC 23)
- Tributos sobre o Lucro (IAS 12/CPC 32)

Não foram identificadas outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

6. Gerenciamento de riscos financeiros

6.1. Fatores de risco financeiro

a) Considerações gerais

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem aos diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e risco de juros. A gestão de risco se concentra na antecipação de ações em momentos de imprevisibilidade dos mercados financeiros e buscando minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de suas controladas.

A gestão de risco realizada pela Companhia e suas controladas é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os seus negócios.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia e as suas controladas estão expostas aos riscos de liquidez, em virtude de eventual possibilidade de não conseguir honrar seus compromissos operacionais e financeiros pela ausência de caixa; aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros, e ao risco de crédito decorrente da possibilidade não conseguir garantias ou novos financiamentos perante instituições financeiras.

A Companhia e suas controladas adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de políticas e preservação de margem operacional através de eficiência na gestão de recursos além de mecanismos de manutenção de caixa mínimo, visando sempre antecipar a eventuais variações de mercado que possam expor seus ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

Revisão das projeções de caixa são realizadas de forma contínua, sempre com premissas conservadoras, de modo a assegurar a capacidade da Companhia em honrar suas necessidades operacionais e financeiras. A Companhia e suas controladas buscam preservar caixa mínimo suficiente para assegurar a operação em caso de eventuais flutuações de mercado.

A tabela a seguir demonstra a exposição no passivo da Companhia e suas controladas (Consolidado) em 30 de junho de 2024 (valores expressos em milhares de R\$):

	Controladora					
	Valor contábil	Total	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 30 de junho de 2024						
Fornecedores	19	19	19	-	-	-
Total	19	19	19	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023						
Fornecedores	16	16	16	-	-	-
Total	16	16	16	-	-	-
	Consolidado					
	Valor contábil	Total	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 30 de junho de 2024						
Fornecedores	14.444	14.444	14.444	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	667.277	820.159	97.651	89.262	243.121	390.126
Debêntures	408.959	818.821	49.554	60.333	194.449	514.485
Passivo de arrendamento	6.163	30.957	29.755	1.194	9	-
Total	1.096.843	1.684.381	191.404	150.789	437.579	904.611
Em 31 de dezembro de 2023						
Fornecedores	24.044	24.044	24.044	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	652.394	877.661	96.096	92.884	241.789	446.892
Debêntures	427.315	969.704	65.046	55.691	219.189	629.778
Passivo de arrendamento	8.098	11.926	8.464	3.260	202	-
Total	1.111.851	1.883.335	193.650	151.835	461.180	1.076.670

d) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, na não obtenção de novos financiamentos/garantias em função do mercado e nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras, onde ficam expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, A Companhia acompanha a situação financeira de mercado continuamente e mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha, apesar de a Companhia não ter exposição ao risco de crédito em sua operação por se tratar de recebíveis na modalidade arrecadação a vista.

e) Risco de mercado

Exposição a riscos de taxas de juros e índices de inflação

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de variação de taxas de juros e índices de inflação, que podem causar aumento em sua despesa financeira, com o provisionamento de juros futuros.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), principais exposições de risco de mercado da Companhia e de suas Controladas.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas a seguir:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia e suas controladas selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e CDI e de inflação o IPCA.

(ii) Seleção dos cenários

A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros CDI foram consideradas as projeções apresentadas a seguir:

Indicador	2024	2025	2026	2027	2028
TJLP (*)	6,8%	6,5%	6,5%	6,5%	6,9%
CDI (*)	10,4%	9,8%	9,8%	9,8%	10,6%
IPCA (*)	3,7%	3,5%	3,5%	3,5%	3,8%

(*) Fonte: Itaú BBA Jun./2024.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP, CDI e IPCA, considerando um horizonte de 12 meses, foram estimados com uma deterioração razoável de 25% e 50% de acordo com uma variação possível e razoavelmente possível respectivamente, em relação à estimativa provável. A Companhia avalia que a mudança na taxa variável é estável, não havendo necessidade de alteração na faixa razoável de variação em comparação a períodos anteriores, não havendo também evidências de que as taxas se tornaram voláteis.

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Provável (*)	Adverso possível	Adverso extremo
TJLP	6,64%	8,31%	9,97%
CDI	10,08%	12,61%	15,13%
IPCA	3,61%	4,52%	5,42%

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2024 a 2028 das taxas apresentadas acima.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
			Provável	Adverso Possível 25%	Adverso Extremo 50%
Empréstimo BNB - CBN	2026	Alta da TJLP	360	414	467
Empréstimo Desenhahia - CBN	2033	Alta da TJLP	928	1.081	1.232
Empréstimo Desenhahia - CBN	2034	Alta da TJLP	2.189	2.550	2.905

(iv) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – CDI

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de Depósito Interbancário, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
			Provável	Adverso Possível 25%	Adverso Extremo 50%
Empréstimo Desenhahia – CBN	2026	Alta do CDI	2.113	2.478	2.835
Debêntures - MFORTE	2030	Alta do CDI	23.425	27.634	31.829
Fundos restritos		Baixa do CDI	22.531	21.899	21.268
Aplicação financeira		Baixa do CDI	6.808	6.617	6.426

(v) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – IPCA

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
			Provável	Adverso Possível 25%	Adverso Extremo 50%
Debentures - CRA	2036	Alta do IPCA	24.489	27.879	30.827
Debentures - CRC	2037	Alta do IPCA	9.434	9.905	10.375
Empréstimo BNB-CBN	2025	Alta do IPCA	252	269	289

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia, sujeitos a essas variáveis. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade relativa ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos durante o período findo em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro de 2023.

6.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida, dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

6.3. Instrumentos financeiros por categoria

A seguir, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros, por categoria:

	Nota	Nível	Mensuração (*)	Controladora			
				30/06/2024		31/12/2023	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos, conforme balanço patrimonial							
Caixa e equivalente de caixa	7	Nível 2	1	1.298	1.298	393	393
Total				1.298	1.298	393	393
Passivos, conforme o balanço patrimonial							
Fornecedores		Nível 2	2	19	19	16	16
Outros passivos		Nível 2	2	10.500	10.500	10.500	10.500
Total				10.519	10.519	10.516	10.516

	Nota	Nível	Mensuração (*)	Consolidado			
				30/06/2024		31/12/2023	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos, conforme balanço patrimonial							
Caixa e equivalente de caixa	7	Nível 2	1	155.565	155.565	135.626	135.626
Fundos restritos	8	Nível 2	1	25.058	25.058	247.298	247.298
Contas a receber	9	Nível 2	2	23.984	23.984	17.090	17.090
Total				204.607	205.607	400.014	400.014
Passivos, conforme o balanço patrimonial							
Empréstimos e financiamentos	12	Nível 2	2	667.277	667.277	652.394	652.394
Debêntures	13	Nível 2	1	408.959	428.502	427.315	540.716
Fornecedores		Nível 2	2	14.444	14.444	24.044	24.044
Arrendamentos		Nível 2	2	6.163	6.163	8.098	8.098
Outras obrigações, excluindo obrigações legais		Nível 2	2	12.904	12.904	13.806	13.806
Total				1.109.747	1.129.290	1.125.657	1.239.058

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

Mensuração a valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Companhia avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliados pela Companhia com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Os valores contábeis dos mútuos a receber, a pagar com partes relacionadas e empréstimos, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas da Companhia, consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos.

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas pós-fixadas tais como TJLP e CDI aproximam-se dos seus valores justos uma vez que esses instrumentos estão sujeitos a taxas variáveis.

Já as debêntures, tiveram seus valores justos calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

7. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	3	7	12.146	25.575
Aplicações financeiras (a)	1.295	386	143.419	110.051
Total	1.298	393	155.565	135.626

(a) O saldo em aplicações financeiras é decorrente de aplicação automática do saldo em conta corrente realizadas pelas instituições financeiras depositárias ao final do dia, com baixíssima rentabilidade.

As Controladas mantêm aplicações financeiras, em sua maioria do tipo CDB, de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remunerados a taxa entre 98% e 101,6% (98% e 102,5% em 31 de dezembro de 2023) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

8. Fundos restritos

Em 30 de junho de 2024, o saldo de R\$ 25.058 (R\$ 247.298 em 31 de dezembro de 2023), registrado no ativo não circulante do Consolidado, refere-se a aplicações financeiras remunerados pela variação do CDI entre 98% e 100,25% (95% e 100,25% em 31 de dezembro de 2023). A principal variação do período refere-se ao resgate para aquisição da CLN em 27 de maio de 2024.

As controladas do Grupo mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais. Estes recursos são utilizados para pagamentos do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva, aquisição de outras companhias, pagamentos e taxas.

As controladas devem manter depositada em conta reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas contratuais de empréstimos e debêntures.

Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	247.298
Aplicação	5.622
Rendimento	10.684
Resgates	(238.546)
Saldo em 30 de junho de 2024	25.058

9. Contas a receber

	Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023
Meios de pagamentos eletrônicos (a)	21.056	15.414
Vale-pedágio	459	260
Demanda de risco (b)	405	-
Receitas acessórias	2.744	1.416
Contas a receber	24.664	17.090
(-) Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	(680)	-
Total	23.984	17.090

(a) As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e receitas acessórias, com prazo de recebimento inferior a 45 dias.

(b) Conforme definido no contrato de concessão da CRC, havendo variação significativa no volume de tráfego em relação ao inicialmente projetado no edital da concessão, será feita compensação de valores, de modo a amenizar os impactos financeiros, conforme critérios de compartilhamento de riscos previstos contratualmente.

Cronograma de recebimento

	30/06/2024	31/12/2023
Créditos a vencer	22.489	16.075
Créditos vencidos até 60 dias	220	124
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	201	4
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	313	421
Créditos vencidos há mais de 180 dias	1.441	466
	24.664	17.090

Movimentação da PECLD

Saldo em 31 de dezembro de 2023	-
(+) Aquisição	(680)
Saldo em 30 de junho de 2024	(680)

10. Investimentos

	30/06/2024	31/12/2023
CBN	276.933	276.425
CRA	71.698	66.612
CRC	39.210	34.830
MFORTE	-	25.959
CLN	22.943	-
Total	410.784	403.826

(a) Informações acerca das controladas diretas:

	30/06/2024					
	Quantidade de ações possuídas	Participação direta (%)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo do período
CRC	26.150.154	100	104.014	64.804	39.210	4.381
CRA	141.438.908	100	282.054	210.357	71.698	5.086
CBN	367.759.706	100	1.010.543	740.974	269.569	508
CLN	3.758	100	221.274	198.332	22.943	2.366
Total	535.352.526		1.617.885	1.214.467	403.420	12.341

Movimentação dos saldos de investimentos:

Investidas	Participação	Saldo em 31/12/2023	Equivalência patrimonial	Investimentos realizados	Saldo em 30/06/2024
CBN	100%	276.425	508	-	276.933
CRA	100%	66.612	5.086	-	71.698
CRC	100%	34.830	4.381	-	39.211
MFORTE (i)	100%	25.960	-	(25.960)	-
CLN	100%	-	2.366	20.577	22.943
Total		403.826	12.341	(5.383)	410.784

(i) Incorporação

11. Partes relacionadas

Em 30 de junho de 2024, a Companhia possui saldo de R\$ 48.223 (R\$ 1.994 do ativo circulante, sendo 442 referente a juros sobre capital próprio e R\$ 46.229 no ativo não circulante) decorrentes de transações com partes relacionadas:

- (i) Em 05 de outubro de 2022, foi emitida debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única para colocação privada feita pela Monte Rodovias S.A., sendo a Companhia a única debenturista;

Em outubro de 2023, foi emitida uma nova emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a qual terá até quatro séries no valor de até R\$ R\$ 18.000 sendo a primeira no montante de R\$ 3.000. Os juros remuneratórios serão equivalentes à 100% da variação acumulada da Taxa Referencial – TR. As debêntures da primeira série terão prazo de vencimento de dois anos, vencendo-se, portanto, em 10 de outubro de 2025. Os recursos obtidos por meio da emissão das debêntures serão destinados aos pagamentos das obrigações da emissora, presente e futuras. As Debêntures que não forem integralizadas pela Debenturista dentro do prazo de 1 (um) ano contado da Data de Emissão deverão ser canceladas pela Emissora; e,

Transações com sua controlada direta CRA, referente a pagamento de despesas por conta e ordem a serem ressarcidas (mútuo), com taxa aplicada a TR (Taxa Referencial) com prazo de término previsto em janeiro de 2029.

Movimentação – Partes relacionadas

Saldo em 31 de dezembro de 2022	71.508
(+) Captação	24.612
(+) Juros incorridos	1.252
(-) Amortizações	(55.350)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	42.022
(+) Captação	6.000
(+) Juros incorridos	159
(-) Amortizações	(400)
Saldo em 30 de junho de 2024	47.781

Movimentação – Dividendos a receber

Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.342
(-) Recebimento de dividendos	7.900
Saldo em 30 de junho de 2024	442

	30/06/2024	31/12/2023
Ativo circulante	1.994	9.894
Ativo não circulante	46.229	40.470
Total	48.223	50.364

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

Em 30 de junho 2024, a Companhia registrou o montante de R\$ 2.934 (R\$ 2.633 em 30 de junho de 2023), referente à remuneração dos administradores.

	30/06/2024	30/06/2023
Remuneração com encargos	2.897	2.593
Incentivo de longo prazo	37	40
Total	2.934	2.633

12. Intangível

Custo

Consolidado

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas (d)	Transferências (*)	Reclassificações	Saldo em 31/12/2023
Intangível em infraestrutura						
Direito de concessão - mais valia	217.608	-	-	-	(400)	217.208
Direito de concessão de serviços públicos	1.599.101	1.315	(10.273)	95.960	-	1.686.103
Obras em andamento	67.726	36.042	-	(94.290)	(145)	9.333
Total	1.884.435	37.357	(10.273)	1.670	(545)	1.912.644
Outros intangíveis						
Softwares	3.947	111	-	1.897	-	5.955
Marcas e Patentes	46	-	-	-	-	46
Adiantamento a fornecedores e outros	4.129	-	-	(4.129)	-	-
Ágio	8.388	-	-	-	(1.021)	7.367
Total	16.510	111	-	(2.232)	(1.021)	13.368
Total	1.900.945	37.468	(10.273)	(562)	(1.566)	1.926.012

Amortização acumulada

	Saldo em 31/12/2022	Amortização (a)	Baixas	Transferências (*)	Reclassificações	Saldo em 31/12/2023
Intangível em infraestrutura						
Direito de concessão - mais valia	(14.461)	(9.138)	-	-	-	(23.599)
Direito de concessão de serviços públicos	(517.307)	(48.066)	342	63	-	(564.968)
Total	(531.768)	(57.204)	342	63	-	(588.567)
Outros intangíveis						
Softwares	(1.655)	(482)	-	(7)	-	(2.144)
Total	(1.655)	(482)	-	(7)	-	(2.144)
Total	(533.423)	(57.686)	342	56	-	(590.711)
Intangível Líquido	1.367.522	(20.218)	(9.931)	(506)	(1.566)	1.335.301

Custo

Consolidado

	Saldo em 31/12/2023	Aquisições (e)	Adições	Baixas (d)	Transferências (*)	Reclassificações	Saldo em 30/06/2024
Intangível em infraestrutura							-
Direito de concessão - mais valia	217.208	59.171	-	-	-	-	276.379
Direito de concessão de serviços públicos	1.686.103	167.364	12.001	(251)	176	(447)	1.864.946
Obras em andamento	9.334	1.586	17.274	-	(176)	(2)	28.016
Total	1.912.645	228.121	29.275	(251)	-	(449)	2.169.341
Outros intangíveis							
Softwares	5.956	1.807	-	-	-	-	7.763
Marcas e Patentes	46	-	-	-	-	-	46
Ágio (b)	7.366	-	-	-	-	-	7.366
Total	13.638	1.807	-	-	-	-	15.175
Total	1.926.013	229.929	29.275	(251)	-	(449)	2.184.516

Amortização acumulada

	Saldo em 31/12/2023	Aquisições (e)	Amortização (a)	Baixas	Transferências	Reclassificações	Saldo em 30/06/2024
Intangível em infraestrutura							-
Direito de concessão - mais valia	(23.599)	-	(4.541)	-	-	-	(28.140)
Direito de concessão de serviços públicos	(564.968)	(57.506)	(26.888)	-	-	-	(649.362)
Total	(588.567)	(57.506)	(31.429)	-	-	-	(677.502)
Outros intangíveis							
Softwares	(2.144)	(1.538)	(328)	-	-	-	(4.010)
Total	(2.144)	(1.538)	(328)	-	-	-	(4.010)
Total	(590.711)	(59.044)	(31.101)	-	-	-	(681.512)
Intangível Líquido	1.335.302	170.885	(1.826)	(251)	-	(449)	1.503.004

- (*) Reclassificação de bens físicos inicialmente classificados no intangível, sendo transferido para imobilizado.
- (a) O valor do intangível atribuído ao direito de contrato pelo PPA será amortizado pela vida útil remanescente dos contratos de concessão, considerando o critério de amortização e as particularidades de cada contrato.
- (b) A CBN foi adquirida pelo Fundo de Investimento M Rodovias que, na mesma data, integralizou as ações subscritas pela Companhia com a totalidade das ações da CBN pelo seu valor justo de R\$ 370.436. Com processo de apuração da diferença entre o custo da combinação de negócios e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, com a conclusão do Purchase Price Allocation (PPA), determinou-se o valor da Mais Valia.
- (c) As amortizações do intangível estão incluídas nas contrapartidas de resultado sobre as rubricas Custo dos serviços prestados e Gerais e administrativas.
- (d) As baixas ocorridas no período referem-se a baixas de itens sinistrados ressarcidos pela seguradora.
- (e) O saldo de aquisições é proveniente do evento aquisição da Concessionária Litoral Norte S.A. no montante de R\$ 111.174 e da mais valia atribuída ao contrato de concessão, no montante de R\$ 59.171, conforme descrito na nota explicativa nº 1.2

Contrato de concessão – infraestrutura

O custo relativo à infraestrutura é mensurado com base no custo incorrido e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

Teste de recuperabilidade de ativos (*impairment*)

De acordo com os requisitos do CPC 01, os itens de ativo intangível que apresentam sinais de que o saldo contábil é superior a seu valor recuperável devem ser revisados periodicamente para determinar a necessidade de redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia realizou o teste de *impairment* em 31 de dezembro de 2023 cada uma de suas SPE's (Sociedades de Propósito Específico) detentoras de contrato de concessão de rodovias e, com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de cada UGC considerando perspectivas de crescimento de tráfego, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e descontado a valor presente por taxa que reflita as avaliações atuais de mercado, riscos do negócio e estrutura de capital, concluiu que não há nenhum indicativo adicional que levasse à necessidade de constituição de ajuste de *impairment* dos ativos intangíveis em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

13. Empréstimos e financiamentos

Contratante	Instituição financeira	Vencimento	Moeda	Encargos financeiros	Consolidado	
					30/06/2024	31/12/2023
CBN (i)	Desenbahia	2033	R\$	TJLP+3% a.a.	7.599	8.031
CBN (ii)	BNB	2026	R\$	TJLP + 4% a.a.	2.295	2.922
CBN (iii)	BNB	2032	R\$	8,5% a.a.	210.226	221.822
CBN (iv)	Desenbahia	2032	R\$	8,5% a.a.	14.811	15.731
CBN (v)	BNB	2033	R\$	2,5% a.a.	149.553	156.871
CBN (vi)	Desenbahia	2034	R\$	TJLP+3% a.a.	18.046	18.910
CBN (vii)	BNB	2035	R\$	7,07% a.a.	179.171	180.130
CBN (viii)	Desenbahia	2026	R\$	CDI+4% a.a.	9.434	11.621
CBN (ix)	BNB	2025	R\$	IPCA+7,98% a.a.	7.145	1.929
CBN (x)	BNB	2037	R\$	24,75% a.a.	73.050	7.742
Custos de captação e estruturação			R\$		(4.052)	(3.380)
Total					667.277	652.394
Passivo circulante					43.045	45.938
Passivo não circulante					624.232	606.456

- (i) Firmado pela CBN em 15 de abril de 2011, no valor de R\$ 15.000, com prazo de financiamento de 240 meses, após carência de 30 meses; e
- (ii) Firmado pela CBN em 29 de abril de 2011, no valor de R\$ 15.645, pelo prazo de 180 meses, com período de carência de 30 meses;
- (iii) Firmado pela CBN em 10 de agosto de 2011, no valor de R\$ 254.139 liberados em 08 parcelas. O prazo do financiamento é de 240 meses, com período de carência de 30 meses, o contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;
- (iv) Firmado pela CBN em 12 de agosto de 2011, no valor de R\$ 30.000, com prazo de 240 meses, após carência de 30 meses, contados a partir da data assinatura do contrato. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;
- (v) Firmado pela CBN em 12 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 188.435, liberados em 06 parcelas. O prazo é de 240 meses, com carência de 30 meses. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;
- (vi) Firmado pela CBN em 21 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 30.000, com prazo de 240 meses, após carência de 30 meses, contados a partir da data assinatura do contrato.
- (vii) Firmado pela CBN em 26 de novembro de 2014, no valor de R\$ 181.905, liberado em 07 parcelas, com prazo de 240 meses, com carência de 36 meses. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;
- (viii) Firmado pela CBN em 15 de agosto de 2016, no valor de R\$ 26.000, com prazo de financiamento de 72 meses, após carência de 24 meses;
- (ix) Firmado pela CBN em 20 de junho de 2023, no valor de R\$ 10.000, com prazo de 24 meses, após carência de 6 meses, contados a partir da data assinatura do contrato.
- (x) Firmado pela CBN em 30 de dezembro de 2022, no valor de R\$ 104.978, com prazo de 108 meses, após carência de 72 meses, contados a partir da data assinatura do contrato. Este financiamento está em período de captação com R\$ 30.000 desembolsados em dezembro de 2023, R\$ 42.000 desembolsados até 30 de junho de 2024 e saldo restante previsto para saque até dezembro de 2025.

a) Custo de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.

b) Garantias

(i) As garantias da CBN para os empréstimos obtidos junto ao Desenbahia e BNB são penhora de ação, direitos creditórios e emergentes, fundo de liquidez em conta reserva e fiança corporativa;

c) Cláusula restritivas ("covenants")

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas ("covenants") não financeiros, os quais foram cumpridos em 30 de junho de 2024.

Abaixo apresentamos a movimentação dos empréstimos e financiamentos durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2024:

Movimentação	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	657.401
(+) Captação	40.000
(+) Juros incorridos	41.653
(+) Juros capitalizados	1.516
(-) Juros pagos	(44.944)
(-) Amortizações	(41.359)
(+/-) Custos da transação	(1.873)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	652.394
(+) Captação	42.000
(+) Juros incorridos	21.888

Movimentação	Consolidado
(+) Juros capitalizados	170
(-) Juros pagos	(22.379)
(-) Amortizações	(26.124)
(+/-) Custos da transação	(672)
Saldo em 30 de junho de 2024	667.277

Em 30 de junho de 2024, os montantes não circulantes têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Prazos de vencimento	Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023
2025	51.328	51.328
2026	49.144	49.144
2027 em diante	523.760	505.984
Total	624.232	606.456

Em dezembro de 2022, foi assinado contrato junto ao Banco do Nordeste para obtenção de recursos financeiros para financiamento de obras de infraestrutura dos ativos, no montante de R\$ 104.978. No entanto, até 30 de junho de 2024, foi recebido R\$ 72.000, a administração aguarda o desfecho do processo e o recebimento dos recursos, com previsão até dezembro de 2025.

14. Debêntures

	Contratante	Vencimento	Moeda	Encargos financeiros	Consolidado	
					30/06/2024	31/12/2023
Debêntures IPCA – 12431 (i)	CRA	2036	R\$	IPCA + 7,17% a.a.	179.821	175.902
Debêntures IPCA (ii)	CRC	2037	R\$	IPCA + 7,87%	65.929	64.156
Debêntures DI (iii)	Monte Forte	2030	R\$	DI + 3,90%	178.501	203.307
Custos de captação e estruturação					(15.292)	(16.050)
Total					408.959	427.315
Passivo circulante					2.200	38.400
Passivo não circulante					406.759	388.915

(i) Em 15 de dezembro de 2021, a CRA emitiu 160.000 (cento e sessenta mil) debêntures em série única no valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), perfazendo o valor total da emissão de R\$160.000 (cento e sessenta milhões de reais). As Debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476. A remuneração foi estabelecida como IPCA + 7,17%. O prazo total é de 15 anos com amortização customizada iniciando 24 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures foram destinados pela Emissora: (a) implantação e exploração de novos acessos viários, além de modernização e requalificação da infraestrutura existente; (b) reembolso dos investimentos realizados previamente na concessão; e (c) reembolso e pré-pagamento do financiamento concedido pelo BNDES nos termos do "Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito no 13.2.1434.1.

(ii) Em 25 de outubro de 2022, a CRC emitiu 60.000 (sessenta mil) debêntures em série única no valor nominal unitário de R\$ 1), perfazendo o valor total da emissão de R\$ 60.000. As Debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real. A remuneração foi estabelecida como IPCA + 7,87%. O prazo total é de 15 anos com amortização customizada iniciando 12 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures serão destinados pela Companhia para: (i) o reembolso de gastos e despesas, e pré-pagamento da 1a (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convalidada na espécie com garantia real, em série única, da Emissora, nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser convalidada na Espécie com Garantia Real, em Série Única, Para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.", celebrado em 2 de julho de 2021 entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos debenturistas de referida emissão ("Primeira Emissão de Debêntures"); (ii) a realização de investimentos futuros em obras civis, bem como de aquisição e melhorias e equipamentos necessários para o cumprimento do "Programa de Exploração Rodoviária – PER".

(iii) Em 28 de novembro de 2023, a MFORTE emitiu 201.500 (cento e sessenta e cinco mil) debêntures, com valor nominal de R\$1 (mil reais), sendo 165.000 correspondentes à primeira série e 36.500 à segunda série da emissão, totalizando uma emissão total de R\$ 201.500,00. As debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real. A remuneração foi estabelecida como CDI + 3,90%. Em 03 de junho de 2024 a companhia liquidou o saldo da segunda série da emissão. O prazo total é de 7 anos com amortização customizada com a primeira série iniciando 48 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures serão destinados pela Companhia para: (i) aquisição de novas concessionárias dentro das estratégias de expansão do Grupo.

As garantias estabelecidas na escritura de emissão das debêntures são: (i) o penhor das ações de emissão da ("Companhia"), em titularidade da Monte Rodovias Nordeste | Holding Participações Societárias S.A.; cessão fiduciária dos direitos creditórios e emergentes da Concessão de titularidade da Companhia; (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e relacionados a quaisquer contratos e apólices de seguros de titularidade da Companhia; e (iv) conta vinculada na qual deverão transitar os recursos decorrentes da cobrança da tarifa de pedágio.

Cláusula restritiva ("covenants")

Os contratos de debêntures possuem cláusulas restritivas ("covenants") as quais foram cumpridas pelas Controladas em 30 de junho de 2024.

i) Na CRA, o índice previsto em contrato é o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que passou a ser calculado com base nas demonstrações contábeis a partir de 31 de dezembro de 2022.

ii) Na CRC, o índice financeiro previsto em contrato é o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que passou a ser calculado com base nas demonstrações contábeis a partir de 31 de dezembro de 2023.

iii) Na Monte Forte, o índice financeiro previsto em contrato é o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que deverá ser calculado com base nas demonstrações contábeis a partir de 31 de dezembro de 2024.

Movimentação	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	220.276
(+) Captação	201.500
(+) Juros incorridos	28.320
(+) Juros capitalizados	451
(-) Juros pagos	(16.674)
(-) Amortizações	(884)
(+/-) Custos da transação	(5.674)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	427.315
(+) Juros incorridos	29.315
(+) Juros capitalizados	275
(-) Juros pagos	(11.295)
(-) Amortizações	(37.409)
(+/-) Custos da transação	759
Saldo em 30 de junho de 2024	408.960

Prazos de vencimento	Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023
2025	3.800	3.800
2026	6.800	6.800
2027 em diante	396.159	378.315
Total	406.759	388.915

15. Provisão para contingências

Em 30 de junho de 2024, o Grupo possuía ações e processos nas esferas administrativas e judiciais que requeiram o registro contábil de provisão e divulgação em nota explicativa, sendo:

	Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023
Cíveis	15.585	13.500
Trabalhistas	3.703	1.637
Tributárias	15	18
Outras	1.201	453
Total	20.504	15.608

Movimentação	Consolidado				
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Outras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.258	1.645	18	49	8.970
(+) Adições	14.369	1.616	4.898	708	21.591
(+) Apropriação de juros	3.319	608	9	196	4.132
(-) Reversões	(10.977)	(1.576)	(2.865)	(451)	(15.869)
(-) Pagamentos	(469)	(656)	(2.042)	(49)	(3.216)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13.500	1.637	18	453	15.608
(+) Aquisições	3.858	2.824	3	553	7.238
(+) Adições	2.985	198	-	-	3.183
(+) Apropriação de juros	707	394	-	195	1.296
(-) Reversões	(3.378)	(1.127)	(6)	-	(4.511)
(-) Pagamentos	(2.087)	(223)	-	-	(2.310)
Saldo em 30 de junho de 2024	15.585	3.703	15	1.201	20.504

Em 30 de junho de 2024, as Controladas enfrentam ações que envolvem riscos de perdas possíveis, conforme avaliação da administração e seus consultores jurídicos, no montante de R\$ 263.286 (R\$ 324.397 em 31 de dezembro de 2023). A variação do período deve-se à atualização do processo arbitral 76/2017/SEC4, que originalmente envolvia R\$ 186.000 em 31 de dezembro de 2023, para R\$ 114.432 relacionados ao Consórcio Sistema BA 093 na CBN. Realizamos um ajuste de valor para refletir adequadamente o risco associado a este processo com relação à CBN. Na arbitragem, a outra parte alega que o prejuízo é de R\$ 114.432, enquanto sustentamos no pedido de reconvenção que os nossos danos materiais totalizam R\$ 186.000, em nosso proveito.

a) Provisões Cíveis

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis discutidos na esfera judicial. As ações possuem natureza indenizatória, decorrentes do curso ordinário de suas operações, tendo como principais objetos choque contra cancela, faixa de domínio, objetos e animais na pista, etc.

b) Provisões Trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Nenhuma dessas ações se referem a valores individualmente significativos e as discussões envolvem principalmente pedidos de horas extras, terceirização, responsabilidade subsidiária, indenização e doença ocupacional, dentre outros.

c) Provisões Tributárias

As causas tributárias em que a Companhia é parte são distribuídas por natureza de tributos municipais e federais, dentre os quais merecem destaque os processos em trâmite que discutem a cobrança de IPTU, diante da possibilidade de êxito e relevância da tese firmada no Tribunal de Justiça da Bahia.

d) Outras Provisões

As demais provisões da Companhia referem-se a demandas ambientais decorrentes do período de obras, licenciamento, arbitragem e pleitos administrativos regulatórios.

16. Provisão para manutenção

Em 30 de junho de 2024, o Grupo apresentava saldo de R\$ 44.993 (R\$ 32.671 em 31 de dezembro de 2023), referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura, sendo:

	Consolidado	
Saldo em 31 de dezembro de 2022		23.737
Provisão		34.456
Reversão		(25.522)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		32.671
Provisão		20.561
Reversão		(8.239)
Saldo em 30 de junho de 2024		44.993

	30/06/2024	31/12/2023
Passivo circulante	4.253	320
Passivo não circulante	40.740	32.351
Total	44.993	32.671

- R\$ 36.830 constituídos pela CBN, considerando os investimentos previstos para novas intervenções na pavimentação, visando garantir os parâmetros contratuais, em ciclos de manutenção de 5 anos em face de eventuais desgastes decorrentes do tráfego passante na rodovia, tomando como base a projeção de fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 8,90% a.a.;
- R\$ 383 constituída pela CRC, considerando os investimentos previstos para novas intervenções na pavimentação, visando garantir os parâmetros contratuais, em ciclos de manutenção de 5 anos em face de eventuais desgastes decorrentes do tráfego passante na rodovia, tomando como base a projeção de fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 10,75% a.a.; e
- R\$ 7.780 constituída pela CRA, considerando os investimentos previstos para novas intervenções na pavimentação, visando garantir os parâmetros contratuais, em ciclos de manutenção de 5 anos em face de eventuais desgastes decorrentes do tráfego passante na rodovia, tomando como base a projeção de fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 11,78% a.a.

17. Impostos de renda e contribuição social diferidos

Em 30 de junho de 2024, o Grupo apresentava os seguintes saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos:

Consolidado	30/06/2024	31/12/2023
Prejuízo fiscal e base negativa	48.857	50.021
Diferenças temporárias ativas	25.508	24.554
Provisão para contingências	5.171	3.694
Provisão para manutenção	20.337	20.860
Diferenças temporárias passivas	(16.136)	(17.681)
Ajustes adoção Lei 12.973/14, Arrendamentos e Outros	(16.136)	(17.681)
Ganho por compra vantajosa	(38.502)	(38.502)
Outros	869	-
Ativo diferido, líquido	20.596	18.392

O saldo de prejuízos fiscais acumulado em 30 de junho de 2024 totalizava R\$ 143.203 (R\$ 147.120 em 31 de dezembro de 2023).

As Controladas estimam apresentar lucro tributável futuro em montante suficiente para recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e base negativa, baseando-se nas projeções conforme o quadro a seguir:

30/06/2024				
Período	CRC	CRA	CBN	Consolidado
2024	-	1.755	3.461	5.216
2025	1.266	2.468	5.704	9.438
2026	1.402	2.739	6.392	10.533
2027	-	3.195	-	3.195
2028 em diante	-	20.475	-	20.475
Total	2.668	30.632	15.557	48.857

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	30/06/2024		30/06/2023	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.136	5.512	(13.387)	(14.518)
Expectativa de receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada de 34%	(726)	(1.874)	4.552	4.936
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Equivalência Patrimonial	4.196	-	(2.038)	-
Outras diferenças permanentes	-	(1.502)	-	(3.805)
Imposto de Renda e CSLL diferido não constituído	(3.470)	-	(2.514)	-
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	-	(3.376)	-	1.131
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(2.405)	-	(5.006)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(971)	-	6.137
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	-	(3.376)	-	1.131
Alíquota efetiva de impostos	-	61,2%	-	-7,8%

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2024, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 551.486, representado por 551.486.324 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Reservas legal e de lucros

i) A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

ii) Em 31 de dezembro de 2023, foi constituído reserva no montante de R\$ 7.597 o saldo de reservas de lucros, que contempla a reserva de recompra de ações e de investimento, é R\$ 48.148 em 30 de junho de 2024.

19. Receitas

	Consolidado			
	30/06/2024		30/06/2023	
	Seis meses	Três meses	Seis meses	Três meses
Receitas de pedágio	169.884	88.036	136.417	66.342
Demanda de risco (a)	2.138	1.502	1.862	1.007
Receitas acessórias (locação de espaço físico e publicidade)	2.346	1.085	3.491	1.775
Impostos e contribuição sobre serviços	(15.118)	(7.232)	(12.659)	(5.548)
Outras deduções	(2)	-	(80)	(75)
Receita líquida de serviços	159.248	83.391	129.031	63.501
Receita de construção	16.580	10.114	17.540	5.294
Receita líquida	175.828	93.505	146.571	68.795

(a) Conforme definido no contrato de concessão, havendo variação significativa no volume de tráfego em relação ao inicialmente projetado no edital da concessão, será feita compensação de valores, de modo a amenizar os impactos financeiros, conforme critérios de compartilhamento de riscos previstos contratualmente.

20. Custos por natureza

	Consolidado			
	30/06/2024		30/06/2023	
	Seis meses	Três meses	Seis meses	Três meses
Custos de pessoal	(25.800)	(16.470)	(18.271)	(10.151)
Serviços de terceiros	(8.520)	(5.061)	(6.567)	(2.778)
Materiais, equipamentos e veículos	(2.047)	(1.474)	(1.381)	(866)
Gastos gerais	(3.028)	(1.612)	(2.955)	(1.450)
Provisão para manutenção	(20.560)	(10.221)	(17.538)	(8.697)
Depreciação e amortização	(31.373)	(16.033)	(28.791)	(11.784)
Custos dos serviços prestados	(91.328)	(50.871)	(75.503)	(35.726)
Custos de construção	(16.417)	(10.015)	(17.367)	(5.241)
Total	(107.745)	(60.886)	(92.870)	(40.967)

Os custos de obra de infraestrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e OCPC 05.

21. Despesas gerais e administrativas por natureza

	Controladora			
	30/06/2024		30/06/2023	
	Seis meses	Três meses	Seis meses	Três meses
Despesas de pessoal	-	-	(3.114)	(1.995)
Serviços de terceiros	(23)	(18)	(91)	(69)
Licenças de software/telecomunicações	-	-	(2)	(2)
Gastos gerais	-	-	(355)	(349)
Depreciação e amortização	(4.546)	(2.273)	(4.572)	(2.281)
Total	(4.569)	(2.291)	(8.134)	(4.696)

	Consolidado			
	30/06/2024		30/06/2023	
	Seis meses	Três meses	Seis meses	Três meses
Despesas de pessoal	(6.496)	(912)	(12.736)	(7.550)
Serviços de terceiros	(3.508)	(1.807)	(2.482)	(1.272)
Materiais, equipamentos e veículos	(1.381)	(943)	(1.492)	(676)
Seguros/Garantias	(3.407)	(1.976)	(1.718)	(992)
Provisão para contingências	3.639	2.320	(6.144)	(5.298)
Licenças de software/telecomunicações	(1.369)	(534)	(1.295)	(650)
Gastos gerais	(5.608)	(2.562)	(7.013)	(4.734)
Depreciação e amortização	(4.932)	(2.468)	(5.004)	(2.515)
Total	(23.062)	(8.882)	(37.884)	(23.687)

22. Resultado financeiro, líquido

	Controladora			
	30/06/2024		30/06/2023	
	Seis meses	Três meses	Seis meses	Três meses
Rendimentos de aplicação financeira	3	2	3	2
Juros de contratos de mútuos ativos	159	98	763	576
Atualização monetária ativa	-	-	-	(240)
Outras receitas financeiras	(1)	(1)	(20)	(20)
Receitas financeiras	161	99	746	318
Atualização monetária passiva	(101)	-	-	-
Outras despesas financeiras	(3)	(1)	(4)	(2)
Despesas financeiras	(104)	(1)	(4)	(2)
Resultado financeiro, líquido	57	98	742	316

	Consolidado			
	30/06/2024		30/06/2023	
	Seis meses	Três meses	Seis meses	Três meses
Descontos obtidos	6	1	52	35
Rendimentos de aplicação financeira	17.034	7.727	7.946	4.395
Atualização monetária ativa	240	20	418	411
Outras receitas financeiras	156	(399)	2.110	1.748
Receitas financeiras	17.437	7.349	10.526	6.589
Juros de empréstimos e financiamentos	(21.888)	(11.029)	(21.044)	(10.622)
Juros de debentures	(15.020)	424	(15.862)	(6.546)
Juros de debêntures privadas – partes relacionadas	(1.332)	(398)	-	-
Juros de contratos de arrendamento	(506)	(270)	(565)	(330)
Atualização monetária passiva	(578)	-	(10)	(10)
Outras despesas financeiras	(12.280)	(10.388)	(4.149)	(2.067)
Despesas financeiras	(51.603)	(21.661)	(41.630)	(19.575)
Resultado financeiro, líquido	(34.167)	(14.312)	(31.104)	(12.986)

23. Lucro (prejuízo) por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias emitidas durante o período.

	30/06/2024		30/06/2023	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	2.136	2.136	(13.387)	(13.387)
Quantidade de ações ordinárias em circulação (milhares)	551.486	551.486	551.286	551.286
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - Em reais	3,87	3,87	(24,28)	(24,28)

24. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

Consolidado	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	652.394	427.315	8.098	1.087.807
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Captação de financiamentos e debêntures	42.000	-	-	42.000
Amortização de financiamentos e debêntures	(26.124)	(37.409)	-	(63.533)
Pagamento de arrendamento	-	-	(4.508)	(4.508)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	15.876	(37.409)	(4.508)	(26.041)
Outras variações				
Novos arrendamentos	-	-	252	252
Custos de transação	(672)	759	-	87
Despesas com juros	22.058	29.590	1.870	53.518
Reclassificação	-	-	670	670
Baixas	-	-	(217)	(217)
Juros pagos	(22.379)	(11.295)	-	(33.674)
Total das outras variações relacionadas com passivos	(993)	19.054	2.575	20.636
Saldo em 30 de junho de 2024	667.277	408.960	6.165	1.082.402

25. Contratos

a) Contrato de concessão – CBN

Contrato firmado em 17 de agosto de 2010 entre o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia (Seinfra), juntamente com o Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia (Derba), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, transporte e comunicações do Estado da Bahia (Agerba), e a Concessionária Bahia Norte (“CBN”, tendo como objeto a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de capacidade do Sistema Rodoviário “Concessão” dos trechos: BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, mediante a prestação de serviço pela Concessionária pelo prazo de 25 anos, a partir da data de assinatura do contrato.

A Companhia deverá executar as obras de construção da rodovia seguindo a metodologia de execução pré-estabelecida, além de elaborar os estudos e projetos executivos e obter as licenças necessárias, incluindo as relacionadas à proteção ambiental.

Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2010 com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA-099 denominado de Via Metropolitana, para ser construído pela Concessionária e aditado em 05 (cinco) anos a vigência do Contrato, passando de 25 para 30 anos além de 03 parcelas de reequilíbrios tarifário.

Durante o prazo de concessão, a Companhia deverá contratar e manter em vigor apólices de seguro de riscos operacionais, seguro garantia, seguro da frota de veículos e seguro de responsabilidade civil.

b) Contrato de concessão – CRC

Contrato firmado em 28 de dezembro de 2006 entre o Comitê Gestor do Programa Estadual de Parceria Público-Privada - CGPE e a Companhia, tendo como objeto a exploração do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, a ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, a via principal da Reserva do Paiva e a praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho, precedida de obras, mediante a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 33 anos e 05 meses, podendo ser prorrogado até o máximo de 35 anos para garantir o prazo mínimo de 30 anos de exploração, a partir da data de assinatura do contrato, cujo valor de receita estimado é de R\$ 143.203.

O Contrato poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento pelo Poder Concedente de suas obrigações contratuais.

c) Contrato de concessão – CRA

O contrato de concessão tem prazo de 35 anos, contados a partir de novembro de 2011, mediante a cobrança de pedágios, permitindo a exploração de receitas acessórias, e consiste na implantação dos novos acessos viários e requalificação dos já existentes, modernização e implantação do sistema de sinalização, instalação de iluminação pública, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outras obras de manutenção e operação da rodovia.

Em 04 de janeiro de 2014, a Companhia iniciou suas operações nas praças de pedágio 1, 2, 3 e 4, em 24 de janeiro de 2014 iniciou suas operações da praça 5.

Foi assinado em 12 de setembro de 2017 o 2º Aditivo ao Contrato de Concessão, conforme pleito de reequilíbrio protocolado pela Companhia, alterando, entre outras providências, o valor da Tarifa Básica de Pedágio em R\$ 0,054 – data base setembro de 2010, que passou a vigorar a partir de 04 de janeiro de 2018, corrigida pelo IPCA do período. Do mesmo modo, foi assinado em 28 de dezembro de 2018 o 3º Aditivo ao Contrato de Concessão, onde foram reprogramados investimentos, compensada a perda verificada com a edição da Lei nº 13.711/2018 e incluídas novas obrigações à Concessionária. Este aditivo levou a Tarifa Básica de Pedágio para R\$ 4,938 – data-base setembro de 2010, praticada a partir de 04 de janeiro de 2019.

Em 13 de outubro de 2020, foi pleiteado junto ao Poder Concedente um novo pedido de reequilíbrio econômico e financeiro, com a atualização dos eixos suspensos, postergação dos investimentos em balanças para 2022 e as perdas de receita decorrentes da pandemia da Covid-19. Suaape, através de ofício autorizou a postergação da implantação para o ano 10 da concessão (04/11/2020 – 03/11/2021) e iniciou a solicitação junto a Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos de Pernambuco (Seinfra) pela retomada do grupo de trabalho, que discute a questão das balanças, por solicitação da CRA.

O pleito continua em análise junto ao Poder Concedente.

Em 29 de abril de 2021, houve a emissão do 4º Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi o reconhecimento do aperfeiçoamento do ato de anuência formalizado pelo Termo de Anuência à Transferência de Controle Societário firmado em 06 de agosto de 2020, passando o controle acionário da Companhia para a Monte Rodovias Nordeste | Holding Participações Societárias S.A., com efeitos a partir desta data, instante em que assume todos os direitos, deveres, obrigações, responsabilidades e encargos relativos e fixados no Contrato de Concessão.

Ressaltamos que anualmente a Tarifa Básica é atualizada pelo IPCA, conforme previsto pelo Contrato de Concessão.

Periodicamente, as Concessionárias avaliam a proposição de pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro, com o objetivo de remunerar, conforme as modalidades e mecanismos previstos em cada um dos contratos, os investimentos adicionais realizados no decorrer da execução contratual e que não estavam previstos originalmente nos respectivos planos de negócio, bem como compensar eventuais perdas decorrentes da materialização de eventos cujo risco não foi expressamente alocado à Concessionária.

d) Contrato de concessão – CLN

A CLN – Concessionária Litoral Norte, uma empresa do grupo Monte Rodovias, administra desde 2000 a BA-099 (Estrada do Coco/Linha Verde) de acordo com contrato de Concessão firmado com o Governo do Estado da Bahia com término em 2050.

A empresa é responsável pelo trecho da BA-099 que começa no km 7,7 (Ponte do Rio Joanes) até a divisa da Bahia com o estado de Sergipe, no km 192, além dos acessos às localidades de Areembepe, Praia do Forte, Porto de Sauípe, Baixios/Palame, Subaúma e Conde.

Desde o início da concessão, a BA-099 se consolidou como uma rodovia de alto padrão de qualidade, conforto e segurança e uma importante agente de desenvolvimento socioeconômico da região. Suas boas condições propiciaram e propiciam a realização no seu entorno de empreendimentos, principalmente nos setores de hotelaria, imobiliário e cultural, ratificando o compromisso da CLN em cuidar melhor do seu caminho, o qual é repleto de belas praias e paisagens exuberantes.

O contrato de concessão prevê que do km 7,7 até o km 54 (Estrada do Coco), da ponte do Rio Joanes, em Camaçari-BA, até a altura da Praia do Forte, em Mata de São João – BA, a CLN realize serviços de manutenção e conservação da rodovia e ofereça os serviços (apoio) de atendimento médico, mecânico (que compreende a retirada do veículo da rodovia deixando o usuário no posto mais próximo) e inspeção do trecho. Inclusive, na Estrada do Coco, a concessionária já realizou a duplicação de 46km de rodovia, melhorando o tráfego dos veículos e oferecendo maior conforto, segurança e fluidez na região.

No trecho da Linha Verde, que vai do km 54 até a divisa com o estado de Sergipe, no km 192, são previstos os serviços de manutenção, conservação e sinalização da rodovia.

As Companhias assumiram, de modo geral, os seguintes principais compromissos decorrentes das concessões:

- Implantação de terceiras faixas;
- Duplicação;
- Implantação de acostamento;
- Implantação de passarelas para pedestres;
- Adequação de paradas de ônibus em trechos urbanos; e
- Instalação de cabines de pedágio.

A tarifa básica de cada concessão, foi inicialmente definida em Edital pelo Poder Concedente, baseando-se em estudos de viabilidade econômico-financeiro de cada projeto, onde periodicamente cada concessionária, por meios de pleitos de reequilíbrios, submetem a apreciação de julgamento do Poder Concedente, reajustes tarifários, de modo a recompor eventuais perdas, bem como viabilizar os investimentos previstos no contrato de concessão. Cabe ainda ao Poder Concedente decidir acerca de eventuais pedidos de renovação contratual.

Em caso de extinção das concessões, o Poder Concedente assumirá a prestação dos serviços, sendo-lhes transferidos todos os bens reversíveis nos termos do Contrato de Concessão.

26. Eventos subsequentes

Em 03 de julho de 2024, foi recebido o montante de R\$ 30.000 referente ao contrato de empréstimos e financiamentos assinado em 26 de dezembro de 2022 junto ao Banco do Nordeste para financiamento de obras de infraestrutura dos ativos.

* * *

Verona 2T24 pdf

Código do documento d61ac2c1-44ac-489f-a91c-52d437c0686b



Assinaturas



Mabrisa Marques Carreiro
mabrisa.carreiro@monterodovias.com.br
Assinou

Mabrisa M Carreiro



FELIPE GUIDI
felipe.guidi@montecm.com
Assinou

FELIPE GUIDI



FABIO BONINI TARARAM
fabio.bonini@montepartners.com
Assinou

F. Bonini

Eventos do documento

13 Aug 2024, 18:26:11

Documento d61ac2c1-44ac-489f-a91c-52d437c0686b **criado** por MABRISA MARQUES CARREIRO (8ec60836-7ca1-4086-a0c6-02b546a3abee). Email:mabrisa.carreiro@monterodovias.com.br. - DATE_ATOM: 2024-08-13T18:26:11-03:00

13 Aug 2024, 18:27:09

Assinaturas **iniciadas** por MABRISA MARQUES CARREIRO (8ec60836-7ca1-4086-a0c6-02b546a3abee). Email: mabrisa.carreiro@monterodovias.com.br. - DATE_ATOM: 2024-08-13T18:27:09-03:00

13 Aug 2024, 18:27:20

MABRISA MARQUES CARREIRO **Assinou** (8ec60836-7ca1-4086-a0c6-02b546a3abee) - Email: mabrisa.carreiro@monterodovias.com.br - IP: 200.195.238.42 (200-195-238-42.brdigital.net.br porta: 2490) - **Geolocalização: -12.9400351 -38.4130832** - Documento de identificação informado: 916.880.195-53 - DATE_ATOM: 2024-08-13T18:27:20-03:00

13 Aug 2024, 18:29:29

FABIO BONINI TARARAM **Assinou** - Email: fabio.bonini@montepartners.com - IP: 189.98.252.145 (ip-189-98-252-145.user.vivozap.com.br porta: 18774) - Documento de identificação informado: 270.314.858-51 - DATE_ATOM: 2024-08-13T18:29:29-03:00

13 Aug 2024, 18:30:44

FELIPE GUIDI **Assinou** - Email: felipe.guidi@montecm.com - IP: 191.19.244.234 (191-19-244-234.user.vivozap.com.br porta: 26968) - **Geolocalização: -23.625728 -46.678016** - Documento de

identificação informado: 296.500.248-08 - DATE_ATOM: 2024-08-13T18:30:44-03:00

Hash do documento original

(SHA256):e6c1782b5d8382bb4ed42f21464c1d0bc45ae69e439f64ce53a2b86098a7ed8f

(SHA512):9e9ff6b5eb392f463011b4705296c7b0cf5a8cd815e1695713f034f9cb6ed8798f530a55b67f7672bb0a96fd6e15445d3da6a02384298bc386c1b15607407ac1

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign